

Para Waddington, juros vão cair no 1º trimestre

Economia Brasil
12 JAN 1983 ESTADO DE SÃO PAULO

**Da sucursal do
RIO**

Com o aumento da oferta de crédito no primeiro trimestre, estimado em cerca de Cr\$ 480 bilhões, aumentará a competição entre os bancos e em consequência ocorrerá uma "queda substancial" das taxas de intermediação cobradas pelos bancos de investimento, afirmou ontem o presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Ary Waddington.

Waddington, entretanto, considerou incompletas as medidas para maior redução das taxas de juros. Apontou como indispensável a permissão para que os empréstimos superiores a seis meses sejam contratados com correção monetária pré ou pós-fixada, permitindo que os investidores escolham o melhor sistema de remuneração. A pós-fixação obrigatória da correção constitui um elemento de expectativa em relação a taxas mais elevadas e contribui assim para manter o mercado sujeito à tendência altista, segundo a análise do presidente da Anbid.

Admitiu, ainda, a possibilidade de que as taxas pagas pelos bancos de investimentos aos investidores em Certificados de Depósito Bancário possam apresentar agora uma ligeira elevação. A baixa sofrida por esses papéis (pagavam correção monetária plena, mas 24% de juros para os investidores, e agora estão remunerando com juros de 13%) foi provocada pela expectativa da reunião do CMN. Era natural que isso acontecesse, disse Waddington, da mesma forma como agora, após o resultado da reunião do CMN, é compreensível que as taxas de juros dos CDB's apresentem ligeiro aumento, principalmente na captação.

OS FATORES

Waddington apontou o limite "mais realista" do contingenciamento bancário, a redução do IOF e o equacionamento das emissões de CDB's pelos bancos estaduais como os fatores favoráveis à redução das taxas de juros no mercado financeiro.

Medidas complementares, na sua opinião, precisam, entretanto, ser adotadas pelo governo para reforçar as que foram aprovadas ontem. Além da permissão para que haja prefixação de correção monetária nos empréstimos dos bancos de investimento, o presidente da Anbid também apontou a necessidade de o governo liberar o mercado de debêntures e também autorizar a desvinculação das taxas de juros dos empréstimos internos das taxas dos empréstimos externos, diante da redução da oferta adicional de recursos externos.

Quanto à possibilidade de aplicação de 5% dos depósitos compulsórios das instituições financeiras em ações ou debêntures — serão cerca de Cr\$ 25

bilhões no primeiro trimestre — a opinião do presidente da Anbid é de que a preferência se dirigirá principalmente para as debêntures, sendo "modesta" a participação das ações. Quanto ao aumento do limite de expansão de 10% para 20% das operações de crédito realizadas por bancos de investimentos, Waddington considerou que "não terá efeito inflacionário, porquanto os bancos de investimentos trabalham com depósitos a prazo, e assim não participar do processo de criação de moeda".

DONATO

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Artur João Donato, disse que, com as medidas do CMN, o governo não fechou as portas às reivindicações dos empresários, atendendo-as em parte, no sentido de baixar as taxas de juros, "que vêm impedindo o desenvolvimento das empresas e pondo em risco grande número de empregos".

Segundo Donato, os empresários não têm ainda a segurança de que haverá um corte drástico das taxas, mas vão esperar por novas medidas. Importante, ressaltou, foi a contribuição do governo reduzindo o IOF, atendendo às empresas ao transferir recursos da área governamental para a área empresarial.

Disse o presidente da Firjan que, quando começou sua vida empresarial, havia a lei da usura e os juros eram tabelados. Quem não obedecesse aos limites estabelecidos era incomodado pela lei. Hoje — afirmou — há taxas de juros reais de 40%, 50%, 60%, conforme os comentários que tem ouvido.

Já o vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Edgar Julius Arp, considerou as decisões do CMN "modestas, mas se inverterem as tendências atuais das taxas, estaremos dando um bom passo".

BOLSA

O presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Énio Rodrigues considerou "altamente positivas" as decisões do CMN no seu conjunto, mas fez, em princípio, duas restrições: a primeira quanto ao prazo de 90 dias para a permanência de capitais estrangeiros aplicados no mercado acionário, já que a BVRJ defendia a não fixação de prazo. A decisão do CMN neste sentido atende as propostas feitas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que divergia da Bolsa do Rio quanto a este ponto.

A segunda restrição do presidente da BVRJ refere-se à canalização de 5% do compulsório dos bancos para aplicação em ações e debêntures. Segundo Énio Rodrigues, é necessário saber que parcela desse montante será efetivamente destinada ao mercado acionário.